



# Prefeitura Municipal De Agrolândia

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**

**SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**Modalidade: TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2022**

**Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

Telefone/Fax (047) 3534-4212/ [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)





**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2022**

O **MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.582/0001-44, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, bem como da Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014 e demais legislações pertinentes, por intermédio do seu prefeito o Sr. **JOSÉ CONSTATE** torna público que fará realizar **TOMADA DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor GLOBAL, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância ao Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA que é parte integrante deste Processo.

Os envelopes nº 01 (Documentação para Habilitação) e nº 02 (Proposta de Preços), deverão ser entregues até as **08:45 HORAS DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2022**, no endereço: Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro Centro, Agrolândia – Santa Catarina.

A abertura dos envelopes nº 01 (Documentação para Habilitação) e nº 02 (Proposta de Preços) dar-se-á às **09 HORAS DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2022**, no endereço: Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro Centro, Agrolândia – Santa Catarina.

A presente Licitação é regida pela Lei Federal nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações, e demais condições deste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. A presente Licitação tem por objeto a **TOMADA DE PREÇOS PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, neste município, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço GLOBAL, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância ao Anexo I – Termo de Referência que é parte integrante deste Processo.

1.2. A presente licitação tem valor máximo estimado em:

**VALOR MÁXIMO DO LOTE: R\$ 129.716,05 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E CINCO CENTAVOS).**

Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





1.3. O prazo MÁXIMO para execução dos serviços, objeto do presente edital, será de **270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS**, em conformidade com o TERMO DE REFERÊNCIA anexo, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos.

1.4. Integram o Edital, dele fazendo parte como se transcritos estivessem, os seguintes anexos que especificam e detalham o objeto deste Edital:

- PONTOS DE CONTAGEM DE TRÁFEGO E INTERSEÇÕES.

## 2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas decorrentes do objeto do presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
7	Secretaria de Infra-estrutura
1	Secretaria de Infra-estrutura
2028	Manut. e Controle do Transito
3339039050000000000	Servicos técnicos profissionais
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura

## 3. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

3.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei n.º8.666/93, devendo apresentar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, no Setor de Licitações, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art.113 da Lei 8.666/93.

3.2. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o **SEGUNDO DIA ÚTIL** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

3.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

3.4. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.





3.5. O termo de impugnação poderá ser protocolado junto a Prefeitura Municipal de AGROLÂNDIA na Rua dos Pioneiros, nº 109, Centro, em Agrolândia-SC, à Comissão responsável ou encaminhado via e-mail: [licitacao@agrolandia.sc.gov.br](mailto:licitacao@agrolandia.sc.gov.br).

3.5.1. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a Comissão para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

3.5.2. A Comissão não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Agrolândia quanto do emissor.

#### 4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Será admitida a participar deste Edital, qualquer empresa, devidamente cadastrada no Município de Agrolândia até **03 (três) dias úteis** antes da abertura dos envelopes, e com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação, não sendo admitido consórcio, sendo a proponente a ser contratada, a única responsável pelo fornecimento dos materiais e a mão de obra necessária.

4.2. É vedada à participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipais, estaduais e federais ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Agrolândia;

4.2.1. É vedada a participação nos casos previstos na lei municipal LEI Nº. 2.156 de 04.01.07, em especial o Art. 3º. É vedado a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais, presidente de fundação pública municipal e seus diretores, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação.

4.3. Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de ENVELOPE Nº 01, ou envelope da "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" e ENVELOPE Nº 02, ou envelope da "PROPOSTA DE PREÇOS", no local, data e horário indicados neste Edital;

4.4. Não será admitida a participação conjunta nesta licitação, de Empresas controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si ou, ainda que, independentemente, nomeiem um mesmo representante.

4.5. Toda Documentação de Habilitação e Proposta de Preço deverá ser apresentada à época pertinente, preferencialmente, rubricada e ordenada na forma deste Edital.

4.6. Se a empresa enviar representante que não seja sócio-gerente ou diretor, far-se-á necessário credenciamento, com menção expressa de amplos poderes, inclusive para o recebimento de intimação para desistência de recursos. A não apresentação do credenciamento não implica a inabilitação do licitante, mas o impede de manifestar-se, nas sessões, contra as decisões tomadas pela Comissão Permanente de Licitações.





**4.6.1. SE REPRESENTADA PELO SÓCIO, DEVE APRESENTAR:**

- a) **CONTRATO SOCIAL, ATO CONSTITUTIVO OU ESTATUTO** com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio;
- b) Documento de Identificação;
- c) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- d) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**4.6.2 - SE REPRESENTADA POR PROCURADOR, DEVE APRESENTAR:**

- a) **CONTRATO SOCIAL, ATO CONSTITUTIVO OU ESTATUTO** com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio;
- b) Documento de Identificação civil (RG. Carteira de registro profissional, etc.);
- c) Procuração pública com firma reconhecida;
- d) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- e) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

**4.6.3 - SE REMETIDA VIA POSTAL, DEVE APRESENTAR, FORA DOS ENVELOPES:**

- a) **CONTRATO SOCIAL, ATO CONSTITUTIVO OU ESTATUTO** com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio;
- b) Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação;
- c) Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

4.6.4. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 4.6.1 e 4.6.2, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta de preços, e ficarão retidos nos autos.

4.6.5. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4.7. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverá apresentar, no envelope da habilitação, certidão emitida pela Junta Comercial (conforme art. 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007) ou declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos para habilitação.

4.8. O credenciamento do licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte somente será procedido pela Comissão Permanente de Licitações se o interessado comprovar tal situação jurídica.

4.9. A não comprovação de enquadramento da empresa como ME ou EPP, na forma do estabelecido no item 4.7 deste Edital, significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Comissão Permanente de Licitações, dos benefícios da Lei Complementar nº123/2006. Aplicáveis ao presente certame.





4.10. A responsabilidade pela declaração de enquadramento, conforme previsto nos itens anteriores, é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4.11. As informações para solicitação de cadastro poderão ser obtidas no endereço Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro centro, pelo telefone (47) 3534-4212, e-mail: [licitacao@agrolandia.sc.gov.br](mailto:licitacao@agrolandia.sc.gov.br), ou no site do município: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br).

## 5. DA APRESENTAÇÃO

5.1. As propostas serão apresentadas em dois envelopes, a saber:

### DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA.

5.2. A DOCUMENTAÇÃO para habilitação deverá ser apresentada em uma via, em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou ainda por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, assim como a PROPOSTA que deve ser apresentada em uma via.

5.3. A abertura do ENVELOPE N.º 01, contendo a documentação de HABILITAÇÃO, será realizada no Departamento de Licitações, no dia **13 DE SETEMBRO DE 2022, às 09h00min**. Os proponentes, por meio do TERMO DE RENÚNCIA, podem renunciar à interposição de recurso da fase de habilitação, e caso haja concordância da Comissão Permanente de Licitações, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura do ENVELOPE N.º 02, contendo a PROPOSTA DE PREÇO, dos proponentes devidamente habilitados.

5.4. Na data e hora indicadas no aviso deste Edital, as concorrentes, devidamente representadas por pessoa credenciada e identificada, munida do respectivo Contrato Social, apresentarão os envelopes fechados e lacrados, no local indicado no preâmbulo deste Edital, na Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro Centro, Agrolândia/SC, com os seguintes dizeres:

**MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022 - PMA**  
**ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**  
**PROPONENTE:.....**  
**CNPJ:.....**

**MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022- PMA**  
**ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**PROPONENTE:.....**  
**CNPJ:.....**

## 6. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155







b.4. O Profissional indicado deverá constar na Certidão de Pessoa Jurídica do CREA, como responsável técnico pela empresa, ou como pertencente ao seu quadro técnico, conforme estabelecido nos artigos 59 e 60 da Lei Federal nº 5.195/66 e Inciso II, art. 8º da Resolução nº 336/98 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

c) **COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, em nome do(s) responsável(is), mediante apresentação de **Atestado de Capacidade Técnica**, devidamente registrado no CREA, juntamente com a respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, englobando a execução das parcelas de maior relevância e valor significativo, sendo elas:

- \* **PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA**, de ruas públicas com extensão mínima de 8.000m<sup>2</sup>;
- \* **PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA** de um sistema de vias públicas com extensão mínima de 2,5 km;
- \* **PROJETOS DE ENGENHARIA DE INTERSEÇÕES** de ruas públicas, abrangendo **Desenho Geométrico, Terraplanagem, Pavimentação, Drenagem, Sinalização, Memorial Descritivo e Orçamento**, com área mínima de cada interseção de 1.000 m<sup>2</sup> e área mínima global de 5.000 m<sup>2</sup>.

c.1. Serão aceitos atestado(s) e certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.

c.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

c.3. Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Localização e data da realização da obra;
- Serviços executados.

c.4. O profissional indicado pelo licitante para fins de comprovação da capacidade técnica-profissional deverá acompanhar a execução dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração. Para essa substituição, a qualificação técnica do profissional substituto deverá atender as mesmas exigências deste Edital.

d) **ATESTADO** fornecido pelo órgão licitante (Setor de Planejamento) comprovando que o proponente visitou os locais onde serão executadas os estudos, planos e projetos do Sistema Viário e Circulação de Tráfego. Esta visita deverá ser previamente agendada com o setor responsável. Este atestado poderá ser substituído por **DECLARAÇÃO** do licitante de que conhece as condições e locais para a execução do objeto, não podendo o mesmo declarar posteriormente o não conhecimento das condições gerais da obra.

e) **DECLARAÇÃO** subscrita por seu responsável legal, sob as penas cabíveis, de que dispõem de instalações, equipamentos e profissionais contratados, com carga horária disponível necessária ao cumprimento do objeto deste Edital. A comprovação do vínculo dos profissionais contratados poderá ser feita através de:

- e.1. Quando se tratar de funcionário, cópia da Carteira Profissional de Trabalho ou da ficha de Registro de Empregado (FRE);





e.2. Quanto se tratar de autônomo, cópia do contrato de prestação de serviço, com as assinaturas devidamente reconhecidas em cartório.

f) **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**, conforme ANEXO III;

g) **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 9º** da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, constando, de forma explícita, conforme ANEXO IV;

h) **DECLARAÇÃO** do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei n.º 9.854/99), conforme ANEXO V;

### 6.1.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **CERTIDÃO DE FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

a.1) Para as empresas sediadas em Santa Catarina, a certidão deverá ser apresentada em duas vias: SISTEMA E-SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>) e SISTEMA EPROC (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>).

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

a.2) Para as empresas sediadas em outros estados, a emissão da certidão deverá obedecer a determinação do Tribunal de Justiça correspondente.

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** do último exercício social, já, exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{Liquidez Seco} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

Ativo Circulante

Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{-----}^3}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{Grau de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \text{ menor ou igual a } 1,00$$

- b.1. A empresa proponente deverá comprovar um Patrimônio Líquido superior ou igual a 10 % do valor total da licitação, caso contrário será desclassificado da licitação;
- b.2. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b.3. A empresa constituída a menos de um ano poderá apresentar balanço de abertura.

6.2. As licitantes na condição de **MICROEMPRESA (ME)** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)** deverão apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da IN 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

6.2.1. A falsidade de declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, caracterizará o crime que trata o art.299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento das sanções previstas neste Edital.

6.3. Todas as certidões e/ou documentos comprobatórios, devem ter validade na data prevista para a abertura da documentação e propostas, e deverão ser apresentados em fotocópia autenticadas ou originais. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente o seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 30 (trinta) dias da emissão, exceto aquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica.

6.4. Serão inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar, na data aprazada, quaisquer dos documentos exigidos, ou, se os documentos entregues estiverem incompletos, ilegíveis, ou contiverem emendas, rasuras ou outros vícios, que prejudiquem a sua capacidade de comprovação.

6.5. As empresas proponentes que deixarem de apresentar quaisquer documentos solicitados na Habilitação, será inabilitado.

**6.6. HAVENDO RENUNCIA À INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO, MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DO TERMO DE RENÚNCIA (ANEXO II) OU CASO A EMPRESA SE FAÇA REPRESENTADA, A MESMA RENUNCIAR A INTERPOSIÇÃO DURANTE O CERTAME, PROCEDER-SE-Á, NA MESMA SESSÃO A ABERTURA DO ENVELOPE N.º 02, CONTENDO A PROPOSTA.**





## 7. DA PROPOSTA FINANCEIRA

7.1. A proposta deverá ser apresentada contendo:

a) Composição de custos indicando o **PREÇO UNITÁRIO e GLOBAL**, em moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, de forma clara e precisa, sem emendas ou rasuras, conforme Planilha de Orçamento Estimativo;

b) **DECLARAÇÃO EXPRESSA DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES** deste Edital sem restrições de qualquer natureza e, sendo vencedora desta Tomada de Preços, executará os serviços, de forma imediata, nos preços e nos prazos conforme Termo de Referência, de acordo com as normas e especificações vigentes neste Município, Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura, Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, materiais, encargos, fretes, taxas, impostos, ou outros que venham a incidir para a completa execução do objeto, ficando o Município livre de qualquer oneração conforme ANEXO VI;

7.2. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços vis ou excessivos, estes superiores a **R\$ 129.716,05 (CENTO E VINTE E NOVE MIL, SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E CINCO CENTAVOS)**.

7.3. A proposta após aberta será irrevogável e à proponente inadimplente serão aplicadas as penalidades previstas no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e posteriores alterações.

7.4. O orçamento e cronograma poderão ser apresentados em formulário próprio, devendo ser rubricado, assinado e datado pelo representante legal e pelo responsável técnico da Empresa.

## 8. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

### 8.1. DO RECEBIMENTO

8.1.1. **OS ENVELOPES NA FORMA DESTA EDITAL, SERÃO RECEBIDOS ATÉ ÀS 08:45 HORAS DO DIA 13/09/2022, NO ENDEREÇO RUA DOS PIONEIROS, Nº 109, BAIRRO CENTRO, NESTA CIDADE, SENDO QUE APÓS ESTE HORÁRIO NÃO SERÃO MAIS ACEITAS EM QUALQUER HIPÓTESE.**

### 8.2. DA ABERTURA

8.2.1. Após o recebimento dos envelopes, serão abertos primeiramente os documentos de HABILITAÇÃO, sendo estes examinados e rubricados por todos os presentes.

8.2.2. A Comissão de Licitações identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar n.123/2006 e Lei Complementar 147/2014.





8.2.2.1. A falta de documentação de habilitação para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte exigidos na cláusula 8.2 deste Edital, desqualifica sua condição especial de que trata a Lei Complementar 123/2006 e Lei Complementar 147/2014, sem prejuízo de sua continuidade no processo licitatório.

8.2.3. A Comissão julgará a HABILITAÇÃO, sendo inabilitados os licitantes que:

- a) Não apresentarem, ou apresentarem de forma incompleta, ilegível, com erros, rasuras ou omissos qualquer exigência deste Edital.
- b) não apresentar, no prazo definido pela Comissão de Licitação, os eventuais esclarecimentos exigidos;
- c) Apresentarem os documentos em envelopes trocados.

8.2.3.1. A falta de documentação de regularidade fiscal por parte de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, não implica em sua inabilitação desde que, em caso de ser declarado vencedor do certame, regularize e comprove sua regularidade fiscal em até 5 (cinco) dias úteis conforme disposto no Art. 43 da LC nº 147/2014, sob pena de ser lhe aplicado as penalidade que tratam o item 19 deste Edital.

8.2.4. A Comissão de Licitação comunicará o resultado às licitantes na mesma sessão pública, ou em nova sessão a ser agendada e comunicada aos licitantes.

8.2.5. Se não houver recursos quanto à decisão da Comissão de Licitação, será procedida a abertura do envelope nº 2 – PROPOSTA. Os envelopes das proponentes não habilitadas permanecem nos autos do processo de licitação de forma permanente

8.2.6. Aberto o envelope nº 2 – PROPOSTA, das concorrentes habilitadas, as folhas serão rubricadas pelos presentes e a Comissão julgará os licitantes quanto ao atendimento às exigências deste Edital e de acordo com o item 8.2.3.

8.2.7. Analisadas as propostas, a Comissão de Licitação fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados, sendo declarado o vencedor a Proposta com **MENOR PREÇO GLOBAL**, exceto se:

- a) A proposta provisória de melhor preço não for de ME ou EPP licitante, sendo que a Comissão de Licitação deverá verificar a aplicabilidade do parágrafo 1º do artigo 44 da Lei Complementar 123/2006, para aplicação do disposto no artigo 45 da mesma Lei.
- b) A proposta provisória de melhor preço for de ME ou EPP que não comprovem sua regularidade fiscal em até 5 (cinco) dias após ser declarada vencedora do certame.

8.2.7.1. Em caso de empate, a preferências de contratação é de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

8.2.7.2. As ME ou EPP licitantes cuja proposta inicial é superior em até 10% (dez por cento) a proposta vencedora deverá manifestar seu interesse em fazer uma nova proposta e apresentá-la em até 2 (dois) dias úteis, sob pena de decadência do direito de inovar seu preço.





8.2.7.3. Em caso de equivalência dos valores apresentados entre ME ou EPP licitantes, será realizado sorteio para identificar àquela que poderá apresentar melhor oferta.

8.2.8. Caso não haja contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da Lei Complementar 123/2006, será considerado vencedor da licitação a proposta originalmente vencedora do certame, ou a subsequente.

8.2.9. O resultado da licitação poderá ser anunciado nesta sessão pública ou em outra de acordo com as necessidades da Comissão de Licitação que, assim, marcará nova data, hora e local para prosseguimento dos trabalhos.

8.2.10. Os julgamentos da HABILITAÇÃO e PROPOSTA constitui ato da Comissão de Licitação, a qual comunicará aos licitantes a respeito de suas decisões, sendo ainda, lavradas atas circunstanciadas das reuniões realizadas para abertura dos envelopes.

## **9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

9.1. Dos atos praticados pela Administração decorrentes da presente licitação, cabem:

9.1.1. Recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa;
- e) rescisão do termo contratual.

9.1.2. Caso haja interesse em interpor recurso, deverá o representante da empresa se manifestar no ato da sessão, sob a pena de preclusão do direito.

9.1.3. Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do termo contratual, de que não caiba recurso hierárquico.

9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 9.1.1. alíneas "a", "b", "c" e "e", excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no subitem 9.1.2., será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo nos casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos das licitantes no ato em que foi adotada a decisão, que poderá ser feita por comunicação direta aos interessados, mencionando-se o fato na respectiva Ata;





9.3. Os recursos previstos nas alíneas "a" e "b" do subitem 9.1.1. terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais eficácia suspensiva.

9.4. Interposto o recurso ficam as demais licitantes desde logo intimadas a apresentarem contrarrazões, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso haja interesse.

9.5. Os recursos deverão ser propostos por escrito e dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo, **DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado a autoridade superior, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.6. É vedada a licitante a utilização de recurso ou de impugnações como expediente protelatório ou que vise tumultuar o procedimento da licitação. Identificado tal comportamento, poderá a Comissão Permanente de Licitação arquivar sumariamente os expedientes ou, se for o caso, propor a aplicação ao autor às sanções cabíveis.

9.7. Os recursos interpostos fora do prazo legal, não serão levados em consideração.

## **10. DA GARANTIA**

**10.1. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR GARANTIA NO MONTANTE DE 5% SOBRE O VALOR DO CONTRATO, A SER APRESENTADA NO ATO DA ASSINATURA DO MESMO, NAS MESMAS MODALIDADES E CRITÉRIOS PREVISTOS NO CAPUT E § 1º DO ART.56 DA LEI 8.666/93 (CAUÇÃO EM DINHEIRO, TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA), CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA III DO ART. 31 DA LEI 8.666/93.**

10.2. A garantia do contrato visa proteger o MUNICÍPIO contra atos ou omissão da CONTRATADA em razão do não cumprimento integral das cláusulas do Edital e do Contrato, bem como garantir o pagamento de eventuais multas previstas nas sanções da cláusula 18.

10.3. A licitante vencedora deverá apresentar a garantia de que trata o item 10.1, a Secretaria de Administração, conforme segue:

- a) Em caso de depósito bancário em favor do MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, em Agência Bancário e conta a ser indicada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, comprovando com cópia de depósito bancário.
- b) Em caso de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, apresentar documento original válido durante a vigência do contrato.
- c) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ser sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco





Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.4. O não recolhimento/apresentação da garantia implicará na não devolução da garantia da Proposta, sendo convocado o segundo licitante com menor preço.

10.5. Em caso de rescisão contratual ou interrupção do mesmo, por culpa da CONTRATADA não serão devolvidas as garantias prestadas.

10.6. Findo o prazo contratual, ou rescindido o termo contratual, por motivo de qualquer natureza, o contrato somente será encerrado no momento do aceite do Termo de Recebimento Definitivo da Obra/Serviço.

10.7. Constitui obrigação da CONTRATADA, requerer junto ao Setor de Administração a garantia de execução do serviço, não cabendo ao MUNICÍPIO qualquer ônus financeiro ou administrativo na hipótese da CONTRATADA não efetuar a retirada da garantia acima mencionada.

## 11. DO CONTRATO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1. A vencedora terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação deste Processo, para apresentar-se na Secretaria da Administração deste MUNICÍPIO, objetivando a assinatura do respectivo Contrato, nos termos do art. 40, II e art. 64 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

11.2. Para assinatura do Contrato e emissão de Ordem de Serviço, a Empresa Vencedora deverá emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, referente à elaboração do Projeto de Engenharia e quando se fizer necessário, o Licenciamento Ambiental.

11.3. Os serviços deverão ser executados conforme Termo de Referência apresentado pelo Município de Agrolândia.

11.4. O prazo para início da execução dos serviços será de até (05) cinco dias úteis, ambos a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço emitida pelo Setor de Compras, Licitações e Contratos, sendo que a **CONCLUSÃO** dos serviços deverá respeitar o TERMO DE REFERÊNCIA do MUNICÍPIO, ou seja, o prazo MÁXIMO será de **270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS**,

11.5. O contrato terá o prazo de **300 (TREZENTOS) DIAS**, contados a partir da data de sua assinatura.

## 12. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

12.1. Os preços serão fixos e irremovíveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.





### **13. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:**

#### 13.1. São responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Assumir responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros;
- b) Não ceder, transferir ou subempreitar os serviços a ela adjudicados, respondendo direta e exclusivamente, pela fiel observância das obrigações contratuais, salvo se autorizado previamente pela Administração Municipal;
- c) Facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por Técnicos do MUNICÍPIO, indicados para esta finalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- d) Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada;
- e) Assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução da obra/serviços;
- f) Manter sinalização viária no local da obra/serviço, responsabilizando-se por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização;
- g) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- h) Manter devidamente registrada no seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços, objeto deste edital, devendo apresentar as guias de FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão de contrato, pelo mesmo;
- i) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- j) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;





l) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

#### 14. DA EXECUÇÃO

14.1. O prazo máximo para a execução dos serviços é de **270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS**, conforme estabelecido no TERMO DE REFERÊNCIA, anexo deste Edital e o prazo para iniciar a execução da obra/serviço será de até (05) cinco dias úteis, ambos a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, sendo que os serviços deverão ser executados conforme programação aprovada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Agrolândia.

14.2. A execução dos serviços deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações do Termo de Referência e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que, quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada pelo MUNICÍPIO.

#### 15. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. A inexecução e ou rescisão do contrato serão regulados pelos Artigos 58, II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666, de 21/6/93 e posteriores alterações.

#### 16. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. A alteração do contrato dar-se-á nos termos do artigo 65, seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666 de 21/6/93 e posteriores alterações.

16.1.1. Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade do MUNICÍPIO, e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

16.1.2. Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais e ao prazo final, serão encaminhados por escrito ao MUNICÍPIO um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

#### 17. DAS PENALIDADES

17.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 77, 78, 86 e 87 da Lei nº 8.666, de 21/6/93, com as alterações decorrentes das Leis nos 8.883, de 8/6/94, 9.032, de 28/4/95, 9.648, de 27/5/98 e 9.854, de 27/10/99, a licitante vencedora que descumprir as condições deste Edital, ficará sujeita às seguintes





penalidades, mediante publicação no órgão de imprensa escolhido para publicação dos atos oficiais do Município.

17.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela Prefeitura Municipal, resguardada os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

a) Advertência

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.

d) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência de execução, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial;

e) Multa compensatória no percentual de 01% (um por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;

g) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.

h) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

17.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de rescisão unilateral do contrato, bem como aplicação de outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

17.4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Prefeitura Municipal;

17.5. O valor da multa poderá ser descontado de eventual crédito existente na Prefeitura Municipal, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

17.6. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17.7. O contrato poderá ser rescindido na ocorrência de qualquer um dos motivos enumerado no art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 com as formalidades e consequências previstas nos arts 79 e 80 da referida Lei.





A aplicação de penalidades à Contratada rege-se conforme o estabelecido na Seção II - Do Capítulo IV - Das Sanções Administrativas, da Lei n.º 8.666/93;

17.8. Caso a Contratada se recuse a prestar os serviços conforme o contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- Caso a Contratada não possa cumprir os prazos estipulados no cronograma físico financeiro, deverá apresentar justificativa por escrito, até o vencimento da execução de cada parcela, sob pena da aplicação de multa estabelecida na cláusula décima do contrato, ficando a critério da Contratante a sua aceitação.
- Se a fiscalização identificar irregularidades ou desconformidades, passíveis de saneamento, a Contratada será notificada para, em prazo determinado, pela Administração, proceder às correções necessárias. Se, findo o prazo estabelecido, as irregularidades não forem sanadas, será considerada a inadimplência contratual.

17.9. A suspensão do direito de licitar e contratar com o Município será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e considerando as circunstâncias e o interesse deste MUNICÍPIO e não poderá ter prazo superior a dois anos.

17.20. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Serviço Público será em função da natureza e gravidade da falta cometida, de faltas e penalidades anteriormente aplicadas, ou em caso de reincidência.

17.21. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o MUNICÍPIO, recorrerá às garantias constituídas, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

## **18. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO**

18.1. A fiscalização dos serviços executados será de competência e responsabilidade do SETOR DE PLANEJAMENTO do MUNICÍPIO indicada para a finalidade, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos do contrato, os projetos, especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução dos serviços contratados.

18.2. A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo dos serviços e será exercido no interesse exclusivo do MUNICÍPIO e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.





18.3. Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições e de acordo, serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelo responsável pelo seu acompanhamento, que lavrará o Termo de Recebimento Provisório.

18.4. Decorridos 60 (sessenta) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificadas forem executados e aceitos pela Comissão de Vistoria, e comprovado o pagamento de contribuição devida à Previdência Social relativa ao período de execução da obra/serviço, será lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”.

18.5. Aceitas os serviços, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1. As dúvidas quanto à interpretação deste Edital, assim como esclarecimento sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias encontradas no mesmo, bem como solicitação de informações adicionais, deverão ser formuladas por ESCRITO e encaminhada à Secretaria da Administração, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para apresentação das propostas.

19.2. O presente Edital estará disponível no site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br), poderá ser retirado no endereço Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro Centro, Agrolândia/SC, no Setor de Compras, Licitações e Contratos, em dias de expediente (segunda-feira à sexta-feira), das 8:00 as 12:00 e das 14:00 as 17:00 horas, ou solicitado por e-mail [licitacao@agrolandia.sc.gov.br](mailto:licitacao@agrolandia.sc.gov.br).

19.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documento relativo ao presente Edital.

19.4. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.5. As dúvidas suscitadas serão dirimidas pela Comissão Permanente de Licitações e os casos omissos serão decididos de conformidade com o que dispõe a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e posteriores alterações.

19.6. É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de manifestar intenção de recurso;

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;







## **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

### **01. OBJETO**

**1.1. O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

### **02. JUSTIFICATIVA**

2.1. A presente contratação se justificativa pela necessidade da realização de serviços de assessoria e consultoria especializada em engenharia de tráfego para elaboração de estudos, serviços técnicos especializados, projetos conceituais e básicos para melhoria das condições de fluidez e de segurança viária do município de Agrolândia.

2.2. A engenharia de tráfego possui uma grande importância no dia a dia dos cidadãos, já que uma movimentação simples das pessoas tem relação com o tráfego e, justamente para que tenha um bom desempenho da movimentação urbana, é preciso que haja informações constantes sobre os fluxos nas diversas vias.

2.3. Para haver um gerenciamento do controle do tráfego urbano de forma satisfatória, é preciso que haja uma administração sobre os tempos existentes em todas as vias urbanas, justamente para resolver problemas e também proporcionar segurança para aqueles que utilizam as vias, sejam os condutores de veículos automotores ou pedestres. Portanto, o objetivo da engenharia de tráfego é garantir o deslocamento de veículos e de pedestres com segurança, comodidade e rapidez. A segurança tem relação com a quantidade de acidentes. A partir disso, é necessário estabelecer metas para reduzir os índices. Já a rapidez tem associação com o deslocamento normal, ou seja, sem muita demora. Quanto a isso, cabe a engenharia pôr em prática todas as estratégias existentes para poder reduzir a frequência de congestionamentos. Já a comodidade tem ligação com o deslocamento e com conforto, tanto para as pessoas quanto para os bens.

2.4. A engenharia de tráfego trata especialmente do sistema de circulação, da sinalização de trânsito, do estacionamento e da gestão de segurança no dia a dia no trânsito. O objetivo desta contratação é proporcionar, à população, uma modalidade social e sustentável, isto é, com eficiência e segurança, por meio de vias urbanas e estradas, para todos os cidadãos. Portanto, a engenharia de tráfego tem a responsabilidade de fazer o planejamento da construção e a manutenção das infraestruturas viárias, sendo também responsável por planejar e coordenar sistemas e serviços de transportes e monitorar o fluxo dos





veículos automotores nas vias. Além disso, tudo, também cuida da sinalização viária, do planejamento dos transportes públicos e escolares e sua gestão.

2.5. A necessidade da contratação dos serviços elencados justifica-se, ainda, em virtude de não haver na estrutura organizacional do Departamento Municipal de Trânsito, na Secretaria de Infraestrutura e na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, quadro funcional com conhecimento técnico para as atribuições exigidas para atender a demanda de execução de estudos, projetos e demais serviços da área de engenharia de tráfego.

### 3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente registro vigorará por um período de 300 (Trezentos) Dias, contados a partir de sua assinatura, com a devida publicação legal, podendo ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, nos termos do inciso V do artigo 57 da Lei 8.666/93.

### 4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTIMADAS

4.1. A quantidade máxima que poderá ser contratada através do presente procedimento será:

Item	Quant	Unidade	Produto	Valor referência unit. em R\$
01	125	HORA	CONTAGENS DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS E CICLISTAS, E TABULAÇÃO, EM 11 (PC) PONTOS DE CONTAGEM DA MALHA CENTRAL DE AGROLÂNDIA, EM HORÁRIOS DE PICO E FORA DE PICO, NO PERÍODO DA TARDE, DURANTE 2,0H EM CASA PONTO DE CONTAGEM, DURANTE DOIS DIAS ÚTEIS.	R\$105,13
02	100	HORA	AVALIAÇÃO DOS DADOS DE CONTAGENS, ANÁLISE DO SISTEMA VIÁRIO, E ELABORAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024	R\$208,33
03	40	HORA	DISCUSSÃO, COMPLEMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024.	R\$208,33
04	150	HORA	DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022-2024.	R\$208,33
05	240	HORA	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE 5 (IP) INTERSEÇÕES VIÁRIAS: IT 1-RUAS NEREU RAMOS X RICARDO HOBUS X SÃO	R\$208,33





			JOÃO; IT 2- RUAS NEREU RAMOS X PIONEIROS X ALAMEDA TROMBUDO ALTO; IT 3- AVENIDAS OSCAR ZWICKER X 25 DE JULHO; IT 4- RUAS SÃO JOÃO X EDUARDO WILL X JOÃO WILL; IT 5- RUAS PIONEIROS X EDUARDO WILL.	
06	30	HORA	APROVAÇÃO, COMPLEMENTAÇÕES E ENTREGA PROJETO FINAL.	R\$165,33
07	02	SERVIÇO	VISITA PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024.	R\$600,00

4.2. Valor Máximo Total: **R\$ 129.716,05** (Cento e Vinte e Nove Mil Setecentos e Dezesesseis Reais e Cinco Centavos).

## 5. SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO

### 5.1. Idealização de um Plano de Circulação Viária 2022-2024, compreendendo:

- Definição de sentido de tráfego
- Concepção para inserção de ciclovias;
- Proposição de passeios e travessias acessíveis e humanizadas;
- Reformulação em estacionamentos em vias;
- Proposição de rotatórias e/ou ilhas canalizadoras em interseções;
- Definição de medidas de redução de velocidade e aumento da segurança;
- Definição de rota de veículos pesados; e
- Nova sinalização viária.

### 5.2. Desenvolvimento de Projetos de Engenharia do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022 - 2024, incluindo:

- Projetos de Sentido de Tráfego de Vias Básicas Centrais(Binários);
- Avaliação e reformulação trechos de Estacionamento;
- Definição de Rotas Veículos Pesados;
- Elaboração de Medidas de Redução de Velocidade e Travessias Humanizadas e Acessíveis;
- Localização de Pontos de Parada de Transporte Escolar
- Projetos de Ciclovias e Ciclofaixas; e
- Projetos de Sinalização Viária Vertical, Horizontal e Indicativa

### 5.3. Desenvolvimento de Projetos de Engenharia de Implantação de Interseções Viárias, incluindo:

- Projetos de Geometria Viária
- Projetos de Terraplenagem e Pavimentação;
- Projetos de Drenagem;
- Projetos Urbanísticos de Passeios e Travessias Acessíveis e Humanizadas;





- Áreas Atingidas; e
- Projetos de Sinalização Viária

## **6. DIAGNÓSTICO DO SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO**

6.1. Embora a Ocupação Urbana em Agrolândia seja ainda não densa, espalhado no seu território de 207.119 km, com uma População de 11.013 (2020), o Sistema Viário carece de modernização, assim a Circulação de Tráfego apresenta conflitos e insegurança viária.

6.2. Atualmente a Prefeitura está pavimentando o Corredor das Ruas Ricardo Hobus e São João, visando estimular o tráfego de passagem para Otacílio Costa e Petrolândia por esta rota. Também há projeto para revitalizar a Alameda Trombudo, artéria que também atende aquele tráfego de passagem e também aos bairros daquela região.

6.3. A Rodovia SC 112, procedente de Trombudo Central da BR 470, corta o centro da cidade pela Rua das Pioneiros e a Avenida Oscar Zwicker no sentido de Atalanta a Ituporanga. Paralelamente, outra rota de fluxo que passa pelo município é no sentido de Otacílio Costa e de Petrolândia pela Serra dos Alves e Rio Novo.

6.4. Esta situação pode ser verificada no Mapa 1 – Rotas Rodovias Região Agrolândia, onde percebe-se que o município serve de passagem de fluxo intermunicipal, sobrecarregando sua malha viária central.





**Mapa 1 – Rotas Rodovias Região Agrolândia**



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/08/2022 14:09 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.atende.net/p6305090ddafbe>





6.5. A cidade tem também necessidade de criação de rotas de bicicletas; considerando haver Projetos de Cicloturismo como também vocação de moradores para utilização deste modo de transporte na cidade. As vias básicas centrais, onde se localizam os principais polos comerciais, educacionais e de saúde, carecem de organização melhor dos fluxos gerados por estes estabelecimentos.

6.6. Considerando que a cidade experimenta significativo desenvolvimento urbano, fortalecimento do parque industrial, além de sua vocação agropecuária, é premente haver um Planejamento da Mobilidade e Projetos Viários para atender estas demandas e disciplinar os fluxos locais e de passagem.

6.7. Para elaboração do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022-2024, um das etapas essenciais será das contagens e análise do Volume de Tráfego de Veículos. São 11 (Pcs) os pontos de contagens de veículos, em horário de pico e fora do pico, informações estas que permitirão a Proposição e Projeto de Engenharia do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022-2024, com Circulação, Binários, Ciclovias e Ciclofaixas, e Travessias Humanizadas e Acessíveis na Malha Central.

6.8. Outra etapa fundamental do Plano será a definição das interseções viárias que apresentam relevância e condições de receberem Projeto de Engenharia para Implantação de Interseções com ampliação e inserção de elementos físicos, como rotatórias, ilhas canalizadora e travessias humanizadas e acessíveis.

6.9. O Mapa 2 (Arquivo Digital) – Pontos de Contagem de Tráfego e Interseções à Projetar indicam estes serviços e projetos.

## **7. ETAPAS, PRODUTOS E PRAZOS DO SERVIÇO DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO.**

**7.1. Contagens de Tráfego de Veículos Motorizados e Ciclistas, e Tabulação**, em 11 (Pc) Pontos de Contagem da Malha Central de Agrolândia, em horários de pico e fora de pico, no período da tarde, durante 2,0 h em cada Ponto de Contagem, durante dois dias úteis em cada ponto;

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 30 dias;**

**7.2. Avaliação dos dados de contagens, Análise do Sistema Viário, e Elaboração do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022 / 2024;**

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 30 dias;**

**7.3. Discussão, Adequação e Aprovação** do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022-2024;

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 30 dias;**

**7.4. Desenvolvimento dos Projetos de Engenharia** do Plano de Circulação Viária de Agrolândia 2022-2024;

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 60 dias;**

**7.5. Desenvolvimento de Projetos de Engenharia de 5 (Ip) Interseções Viárias:**

1. It 1 – Rua Nereu Ramos x Ricardo Hobus x São João;





2. It 2 – Rua Nereu Ramos x Pioneiros x Alameda Trombudo Alto;
3. It 3 – Avenidas Oscar Zwicher x 25 de Julho;
4. It 4 – Rua São João x Eduardo Will x João Will;
5. It 5 – Rua dos Pioneiros x Eduardo Will;

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 90 dias**

#### **7.6. Entrega Projeto Final após aprovação.**

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: 30 dias**

### **8. DA FORMA DE PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão conforme ordem cronológica, através de depósito bancário em conta corrente, em até 30 (trinta) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal de Serviços/fatura e relatório dos serviços prestados, contendo local, dia e metragens.

8.2. A Administração, através do Setor de Contabilidade, convocará a licitante vencedora para retirar a Nota de Empenho, no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados da convocação.

8.3. Havendo qualquer incorreção de documentos a posteriori, o pagamento será susado, até que a empresa adote as providências necessárias à regularização da situação.

### **9. DIREITO DAS PARTES**

9.1. Constituem direitos da **CONTRATANTE**:

- a) Receber o objeto nas condições previstas nesse contrato, edital de licitação e respectivos anexos, notadamente o termo de referencia;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço, executado, em desacordo com as condições descritas no contrato;
- c) modifica-los, unilateralmente, para melhor adequação das finalidades de interesse publico, respeitando os direitos da contratada;
- d) rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inc. I do art. 79 da Lei nº 8666/93;
- e) fiscalizar a execução do presente contrato;
- f) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

9.2. Constituem direitos da **CONTRATADA**:

- a) receber o valor pactuado na forma e prazo estabelecidos.

### **10. OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**10.1. São obrigações da Contratante:**

**Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)**

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





- a) fornecer levantamento topográfico e ensaios de solo que se fizerem necessários para a elaboração dos projetos executivos de circulação viária e interseções;
- b) obter as licenças ambientais que se fizerem necessárias;
- c) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- d) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço executado, para que seja corrigido;
- e) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- f) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preço, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10.2. São obrigações da Contratada:**

10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) Efetuar os serviços de acordo com as especificações e demais condições estipuladas no Edital.
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de execução do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo ou em parte (s) o serviço (s) em que se verifique falha, bem como, providenciar a substituição/reexecução dos mesmos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação que lhe for entregue oficialmente.





- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- g) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação.
- h) Organizar-se técnica e administrativamente de modo a cumprir com eficiência as obrigações assumidas.
- i) Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, serviço (s) que não atenda (m) as especificações contidas no Termo de Referência.

## **11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não mantiver a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preço, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a





própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

11.3. Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## 12. CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

12.1. A definição do prazo de entrega das etapas e dos projetos deverá atender ao TERMO DE REFERÊNCIA, prevendo o início, que será a partir da assinatura da Ordem de Serviço. **Ocorrerão tantas análises/revisões quantas forem necessárias e solicitadas pelos técnicos da Prefeitura.**

**12.2. Somente serão pagos os serviços plenamente entregues e aprovados pela Fiscalização.** A fim de suprimir falhas que eventualmente ocorram nos projetos, a contratada se responsabiliza pela qualidade dos mesmos ao longo das etapas, de modo a evitar transtornos para o atendimento ao cronograma de tal forma que as medições correspondentes não fiquem retidas até a sua aprovação.





---

**ANEXO II - MODELO DE RENUNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

À Comissão Permanente de Licitações Município de Agrolândia, SC

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

TERMO DE RENÚNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

A empresa \_\_\_\_\_ - CNPJ \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra assinado, vem por meio deste, renunciar ao direito de Interposição de Recurso, referente à abertura da documentação do Edital de TOMADA DE PREÇO acima identificado  
Firmo o presente,

Agrolândia, SC, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

Assinatura do responsável legal  
Identificação  
Qualificação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/08/2022 14:09 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p6305090daffbe>.





**ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A: Comissão de Licitação da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA

(Razão Social da Proponente) \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, o que se segue:

1. Que até a presente data não há qualquer fato impeditivo à sua habilitação;
2. Que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
3. Que se compromete a informar a Superintendência de Decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal/ Carimbo

Nome:

Cargo:

Documento de Identidade/ CPF





---

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 9º DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) (inserir nome), portador(a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA, que, não possui em seu quadro funcional servidor público e que não participou da autoria dos projetos, conforme Incisos I e II, bem como não possui servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme Inciso III.

Local e Data.

---

Assinatura, Nome e CPF do representante legal da Empresa

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/08/2022 14:09 -03:00 -03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp6305090d/df/bc>.



Observação: Esta Declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.

---

**Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)**

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.**

**(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.**

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ No. \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal, empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei No. 9.854/99).

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal/ Carimbo

Nome:

Cargo:

Documento de Identidade/ CPF





**ANEXO VI – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2022  
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022**

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2022, ÀS ----H----MIN (----) HORAS.

LOCAL: **PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA/SC**

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

<b>NOME DE FANTASIA:</b>	
<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>INSC. EST.:</b>	
<b>OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO( )</b>	
<b>ENDEREÇO:</b>	
<b>BAIRRO:</b>	<b>CIDADE:</b>
<b>CEP:</b>	<b>E-MAIL:</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>FAX:</b>
<b>CONTATO DA LICITANTE:</b>	<b>TELEFONE:</b>
<b>BANCO DA LICITANTE:</b>	<b>CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:</b>
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>	

Item	Quant	Unidade	Produto	Valor referência unit. em R\$	Valor Total R\$
01	125	HORA	CONTAGENS DE TRÁFEGO DE VEÍCULOS MOTORIZADOS E CICLISTAS, E TABULAÇÃO, EM 11 (PC) PONTOS DE CONTAGEM DA MALHA CENTRAL DE AGROLÂNDIA, EM HORÁRIOS DE PICO E FORA DE PICO, NO PERÍODO DA TARDE, DURANTE 2,0H EM CASA PONTO DE CONTAGEM, DURANTE DOIS DIAS ÚTEIS.		
02	100	HORA	AVALIAÇÃO DOS DADOS DE CONTAGENS, ANÁLISE DO SISTEMA VIÁRIO, E ELABORAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024		
03	40	HORA	DISCUSSÃO, COMPLEMENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024.		
04	150	HORA	DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA DO PLANO DE CIRCULAÇÃO		

**Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)**

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





			VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022-2024.		
05	240	HORA	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE 5 (IP) INTERSEÇÕES VIÁRIAS: IT 1- RUAS NEREU RAMOS X RICARDO HOBUS X SÃO JOÃO; IT 2- RUAS NEREU RAMOS X PIONEIROS X ALAMEDA TROMBUDO ALTO; IT 3- AVENIDAS OSCAR ZWICKER X 25 DE JULHO; IT 4- RUAS SÃO JOÃO X EDUARDO WILL X JOÃO WILL; IT 5- RUAS PIONEIROS X EDUARDO WILL.		
06	30	HORA	APROVAÇÃO, COMPLEMENTAÇÕES E ENTREGA PROJETO FINAL.		
07	02	SERVIÇO	VISITA PARA IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024.		

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$.....(POR EXTENSO)**

A EMPRESA: ..... DECLARA QUE:

- 1) Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3) Prazo de início de fornecimento de materiais/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo I) do edital desse processo.
- 4) Que o prazo de início do fornecimento de materiais/execução dos serviços será de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar. Todos os materiais/serviços serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

LOCAL E DATA.

\_\_\_\_\_  
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL.

Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





## ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 96/2022 TOMADA DE PREÇO Nº 14/2022

**TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA E A EMPRESA..... PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.**

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o **MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA-SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Rua dos Pioneiros, nº 109, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.582/0001-44, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ CONSTANTE**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 624.958.529-04, portador do RG 2.918.147 (SSP/SC), residente e domiciliado na Rua Aristiliano Velho de Oliveira, nº 174, Centro, Agrolândia/SC, doravante denominada simplesmente de **PREFEITURA**, e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, têm entre si ajustada estudos e pesquisas e desenvolvimento de projetos executivos de circulação viária e inserções, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O presente Contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ESTUDOS E PESQUISAS DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO DE TRÁFEGO DO MUNICÍPIO PARA IDEALIZAÇÃO DE UM PLANO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA DE AGROLÂNDIA 2022/2024 E INTERSEÇÕES VIÁRIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA CONSTANTE NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, em estrita observância aos memoriais, planilhas e projetos que são partes integrantes deste Processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

2. Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Web Site: [www.agrolandia.sc.gov.br](http://www.agrolandia.sc.gov.br)

Telefone: (47)3534212 - (47)35344155





2.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após aprovação pelo Responsável do Setor de Planejamento do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e cláusula décima deste instrumento.

2.2. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS. Guia de recolhimento INSS dos funcionários (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

2.3. Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.5. Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA**

3. O presente contrato terá prazo para **execução do objeto de 270 (DUZENTOS E SETENTA) DIAS** a contar da **assinatura da Ordem de Serviço**, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência. O **Prazo Contratual** será de **300 (TREZENTOS) DIAS, podendo ser prorrogado mediante a solicitação formal com justificativa, devidamente autorizada pelo chefe do Executivo.**

### **CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS**

4. O prazo especificado na Cláusula Terceira poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, nos termos do inciso V do artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- a) Alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- c) Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- e) Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;





f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

5. Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
7	Secretaria de Infra-estrutura
1	Secretaria de Infra-estrutura
2028	Manut. e Controle do Trânsito
3339039050000000000	Serviços técnicos profissionais
1120000	Convênio de Trânsito Prefeitura

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7. A CONTRATADA obriga-se a:

a) Executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, fornecendo mão de obra e demais elementos necessários, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço;

b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do MUNICÍPIO;

e) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, sendo de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o MUNICÍPIO apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas das obras/serviços contratados;





- f) Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- h) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, e outros que sejam necessários à completa execução dos serviços;
- i) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula oitava;
- j) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras/serviços e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas nona e décima;
- l) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- n) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- o) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- p) Manter devidamente registrada no seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços, objeto deste instrumento, devendo apresentar as guias de FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão de contrato, pelo mesmo;
- q) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- r) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;





- s) Facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por Técnicos do MUNICÍPIO, indicados para esta finalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- t) Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO FISCAL**

8. Fica nomeado como **FISCAL DESTE CONTRATO** o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, nomeado pelo decreto nº \_\_\_\_\_, e como **FISCAL TÉCNICO** o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, registrado no CREA, com o nº \_\_\_\_\_, nomeado pela Portaria nº \_\_\_\_\_, a quem caberão à fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme dispõe o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA NONA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO**

**9. A LICITANTE VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR GARANTIA NO MONTANTE DE 5% SOBRE O VALOR DO CONTRATO, A SER APRESENTADA NO ATO DA ASSINATURA DO MESMO, NAS MESMAS MODALIDADES E CRITÉRIOS PREVISTOS NO CAPUT E § 1º DO ART.56 DA LEI 8.666/93 (CAUÇÃO EM DINHEIRO, TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA, SEGURO GARANTIA OU FIANÇA BANCÁRIA), CONFORME DISPOSTO NA ALÍNEA III DO ART. 31 DA LEI 8.666/93.**

**Parágrafo Primeiro** - A garantia do contrato visa proteger o MUNICÍPIO contra atos ou omissão da CONTRATADA em razão do não cumprimento integral das cláusulas do Edital e do Contrato, bem como garantir o pagamento de eventuais multas previstas nas sanções da cláusula 12.

**Parágrafo Segundo** - A licitante vencedora deverá apresentar a garantia de que trata o item 9, a Secretaria de Administração, conforme segue:

- a) Em caso de depósito bancário em favor do MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, em Agência Bancário e conta a ser indicada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, comprovando com cópia de depósito bancário.
- b) Em caso de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, apresentar documento original válido durante a vigência do contrato.
- c) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ser sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizada pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**Parágrafo Terceiro** - A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula décima terceira e de rescisão na forma da cláusula décima quarta.





**Parágrafo Quarto** - Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10. Para conclusão da Obra/Serviço, a Secretaria de Planejamento Urbano emitirá o Termo de Recebimento Definitivo - TED, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

11. O presente contrato poderá ser alterado:

##### **I - unilateralmente pela PREFEITURA:**

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

##### **II- por acordo das partes:**

- a) Quando necessária à modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES**

12. Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da Prestação do Serviço.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência de execução, até o limite de 10 (dez) dia úteis, caracterizando inexecução parcial;
- e) Multa compensatória no percentual de 01% (um por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;
- f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 02 (dois) anos.





g) Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL**

13. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Paragrafo Único** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da prestação de Serviço;
- e) A paralização dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICÍPIO;
- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo do MUNICÍPIO, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte do MUNICÍPIO, de obras/serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do MUNICÍPIO, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e





r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

14. Dentro do prazo regulamentar, o Contratante providenciará a publicação em resumo, do presente contrato, na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15. Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

15.1. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

15.2. Os casos omissos a este contrato serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO**

16. As partes elegem o foro da Comarca de Trombudo Central/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Agrolândia/SC \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
**JOSÉ CONSTANTE**  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
**NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**  
CPF:

#### **Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
**Nome**  
CPF:

\_\_\_\_\_  
**Nome**  
CPF:

